

Líder comunitária teme 'efeito colateral' da repressão no Rio

Por: João Peres, Rede Brasil Atual

Publicado em 25/11/2010, 18:10

Última atualização às 20:00



Agentes do Bope durante operação na Vila Cruzeiro (Foto: Sérgio Moraes/Reuters)

São Paulo – A líder comunitária Mônica Francisco teme o que classifica como “efeito colateral” do trabalho de reação das forças do Estado no Rio de Janeiro. Ela acredita que a pressão de setores da sociedade e de organizações que querem uma resposta rápida do governo fluminense pode vitimar civis na disputa entre policiais e traficantes. Moradora do Borel, na zona norte da cidade, Mônica passou o dia sob apreensão, tentando contato com amigos das comunidades do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, nas quais estão concentradas as atividades de repressão aos incêndios na cidade desde domingo (21).

Na última megaoperação no Complexo Alemão, em 2007, 19 pessoas morreram, sendo que seis corpos foram deixados em frente a uma delegacia, o que provocou fortes protestos de entidades de defesa de direitos humanos e de moradores, que acusaram execução sumária. Outro marco de truculência policial apontado por defensores dos direitos humanos ocorreu em São Paulo, em 2006, após uma série de ataques do crime organizado. A resposta deixou 565 mortos em nove dias, a maioria sem antecedentes criminais.

“O Estado, historicamente, usa a força para resolver os problemas. Sempre foi sua arma. E tem uma série de megaeventos que serão abrigados na cidade, o que gera uma necessidade de resposta rápida na qual os exageros são consentidos por alguns atores sociais. Isso nos assusta muito”, resume Mônica sobre a situação atual. Para ela, o pior momento é quando cai a noite e, sob a proteção da escuridão, algumas forças de repressão podem abusar de seus poderes.

A líder comunitária discorda da avaliação do governo do Rio de Janeiro de que a ofensiva de traficantes é fruto da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que têm obtido drástica redução dos índices de criminalidade. “Acho muito estranho que

só agora, quase dois anos depois da implantação das primeiras unidades, venha a reação. A perda de território sempre pode ser um fator, mas não é tudo”, avalia.

Nesta semana, Mônica participou de um seminário para discutir o futuro das UPPs, no qual avaliou que o êxito a longo prazo das unidades só pode se dar mediante a implementação de um diálogo entre as forças e as instituições e associações locais. Além disso, ela avalia que há uma resistência crescente à política de segurança do Rio à medida que se cria a versão de que a cidade “formal” está ficando descoberta de policiamento por conta do deslocamento de efetivos para os morros.

“É preciso ter sensibilidade para saber que estamos falando de atores antagônicos há mais de um século: favela e polícia. São dois polos completamente opostos, distantes. São ódios e mágoas muito fortes e muito antigas. Se a gente pensar em viabilidade de UPP, tem que trabalhar essa aproximação”, sustenta.

Leia também:

[ONG critica 'transmissão online de possível chacina' no Rio](#)

[Líder comunitária teme 'efeito colateral' da repressão no Rio](#)

[Ex-capitão do Bope descarta volta da política de enfrentamento no RJ](#)

[Ministro diz que violência no Rio compromete ações de saúde pública e combate à dengue](#)

[Apoio federal é importante para moradores do Rio, diz pesquisador](#)

[Ativista teme retrocesso da ação policial no Rio](#)

Tags: UPPs, comunidade, direitos humanos, violência, Rio de Janeiro, UPP